

Demonstrações Financeiras

SUPORTE FIDES SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS S.A.

31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração.

Senhores acionistas:

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em comparação com 2024.

A companhia SUPORTE FIDES SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objetivo social, a exploração do negócio de aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão e reaquisição dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito

Atenciosamente,

Administração

Cuiabá – MT, 06 Março de 2026

SUPORTE FIDES SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS S.A
Luciane Auxiliadora Bastos Pommot Araujo
Presidente

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024:**

(Valores expressos em Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ATIVO CIRCULANTE	3.910.329	9.478.656
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.894.147	7.994
Títulos a receber	239	9.456.667
Impostos a recuperar	15.943	13.995
ATIVO NÃO CIRCULANTE	000	000
Aplicações Financeiras	000	000
Partes Relacionadas	000	000
Ativo Imobilizado	000	000
TOTAL DO ATIVO	3.910.329	9.478.656
PASSIVO	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PASSIVO CIRCULANTE	130.738	627
Dividendos a Pagar	000	000
Empréstimos e Financiamentos	123.724	627
Obrigações com pessoal	000	000
Imposto de Renda e Contr Social	399	000
Demais Impostos e Contr a recolher	6.615	000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.631.005	9.511.772
Empréstimos e Financiamentos	541.891	141.891
Recursos de Debêntures – 1ª Emissão	2.653.000	3.444.000
Enc. Remuneratórios de Debêntures 1ª Emissão	436.114	78.672
Outros - Resultado de Exercícios Futuros	000	5.847.209
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	148.586	(33.743)
Capital Social	2.000	2.000
Reserva Legal	400	400
Lucros ou Prejuízos Acumulados	146.186	(36.143)
TOTAL DO PASSIVO	3.910.329	9.478.656
	=====	=====

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024:**

RECEITA BRUTA	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Líquida de Deságio c/Recebíveis	636.336	72.600
(-) Custo de Captação – Debêntures da 2ª Emissão	395.674	78,671
(-) Impostos Sobre receitas	11.191	2.930
RECEITA LÍQUIDA	<u>229.471</u>	<u>(9.001)</u>
LUCRO BRUTO	<u>229.471</u>	<u>(9.001)</u>
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	<u>3.396</u>	<u>(1.643)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.166)	000
Despesas Financeiras	(2.006)	(3.169)
Receitas Financeiras	7.416	1.526
Outras Despesas Operacionais	(848)	
LUCRO ANTES DAS PROVISÕES PARA CSSL E IRPJ	<u>232.867</u>	<u>(10.644)</u>
Provisão para IRPJ e CSSL	(50.538)	000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>182.329</u>	<u>(10.644)</u>

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024:**

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro Líquido do exercício antes do IR e CS	<u>212.767</u>	<u>10.644</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Aumento (diminuição) nos ativos operacionais		
Títulos a receber	9.456.427	1.535.484
Impostos a Recuperar	1.948	(30.151)
Despesas do Exercício Seguinte	0,00	0,00
Outros Créditos	000	000
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	7.014	(10.265)
Imposto de renda e contribuição social pagos	50.538	(106.751)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>9.184.160</u>	<u>(1.065.088)</u>

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Quotas de Capital	000	23.904
Crédito com Partes Relacionadas	000	000
Outros Investimentos	000	000
Valores de Exercícios Futuros	(5.847.209)	000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(5.847.209)	000

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos	523.097	141.891
Resgate Debêntures	791.000	000
Encargos financeiros s/Debêntures	395.674	78.272
Juros resgate de debêntures	829.232	000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.886.152	1.243.759

AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	3.886.152	7.995
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.995	000
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.894.147	7.995

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

(Valores expressos em Reais)

	<u>Capital</u>	<u>Reserva</u>	<u>Reserva de</u>	<u>Patr. Líquido</u>
	<u>Social</u>	<u>Legal</u>	<u>Lucros</u>	
Saldo em 31/12/2024	2.000	400	(36.143)	(83.743)
Lucro Líquido do Exercício			182.329	277.813
Lucros e Dividendos distribuídos			000	000
Saldo em 31/12/2025	2.000	400	146.186	148.586

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
I – RECEITAS	636.336	72.600
Receita de Deságio de Securitização de Créditos	636.336	72.600
II – VALOR ADICIONADO BRUTO	636.336	72.600
III – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	636.336	72.600
Serviços de terceiros	000	000
Despesas Administrativas e Gerais	2.014	000

Despesas Financeiras Líquidas	390.264	80.314
Impostos, Taxas e Contribuições	61.729	2.930
Lucros Retidos	182.329	(10.644)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A SUPORTE FIDES SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objetivo social, a exploração do negócio de aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão e reaquisição dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito

2) *Apresentação das demonstrações financeiras*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao “*Pronunciamento Conceitual Básico de Estrutura para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC*” e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

3) *Principais práticas contábeis*

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

3.2. Reconhecimento de receita

i. Deságio na compra de recebíveis

A receita de deságio na compra de recebíveis é reconhecida com base na execução dos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receitas financeiras” nas demonstrações do resultado.

3.3. Impostos e contribuições

3.3.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados trimestralmente com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000 por trimestre e 9% de CSLL) sobre percentuais de presunção estipulados pela RFB.

3.3.2. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.833/2003, fica sujeito a alíquota de 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nas atividades de securitização de créditos.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% - (zero virgula sessenta e cinco por cento)

3.4. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

3.4.1. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

3.5. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa e investimento ou outros fins de liquidez imediata. A Companhia considera

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando seu vencimento de curto prazo ou longo prazo tem liquidez imediata, por exemplo, antes da data da contratação.

3.9. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

3.10. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (locação de imóveis próprios) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

3.11. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4 – Debêntures

As obrigações provenientes da emissão de debêntures esta composta da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<i>Recursos de Debêntures – 1ª Emissão(a)</i>	<i>2.653.000</i>	<i>3.444.000</i>
<i>Remuneração Debêntures-1ª Emissão</i>	<i>436.114</i>	<i>78.672</i>
Total	3.089.114	3.522.672

(a) Refere-se 2ª emissão privada de debêntures do tipo simples realizada em 20 de Agosto

de 2024, sob forma nominativa, não endossável e com emissão de cautela, sem a intermediação de instituições financeiras, portanto, não sujeitas ao registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, com vencimento em 15 de setembro de 2029. As debêntures dessa emissão encontravam-se na data de 31/12/2025 integralizadas no montante de R\$ 2.653.000.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na Companhia compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.375	3.049
Bancos conta movimento/Aplicações	3.892.772	4.946
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.894.147	7.995

5) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 400 (quatrocentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes

instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

SUPORTE FIDES SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS S.A.

CNPJ/MF: 11.489.485/0001-45

NIRE: 51300010305 – REGISTRO: 30/11/2009

Caixa e equivalentes de caixa: os saldos mantidos em contas correntes bancárias, encontram-se ajustados de acordo com o valor da conta divulgada;

Empréstimos e Financiamentos: os empréstimos com partes relacionadas estão considerados por seus valores de entrada, acrescido dos respectivos encargos incorridos.

Cuiabá – MT, 06 Março de 2026

Pedro Luiz de Araujo Neto
Diretor Presidente
CPF:043.835.181-92

Luciane A. Bastos Pommot Araujo
Diretora Vice-Presidente
CPF:629.461.451-15

Mário Lucio Costa Tudeia
Contador – C.R.C nº SP 090714/OS0MT
CPF: 126.637.196-68